

# Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano

Carlos Antônio Brandão (Org.)

Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e Contraponto Editora, 2018. 312p.

A obra *Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano*, mais recente lançamento da Coleção Economia Política e Desenvolvimento, editada pelo Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento e Contraponto Editora, foi organizada pelo professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur-UFRJ), Carlos Antônio Brandão, e tem o intuito e o mérito de reunir valoroso compêndio sobre o pensamento social crítico desenvolvido na região acerca das teorias e políticas implementadas a partir da criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), em fins da década de 1940.

O livro, composto por oito capítulos de autores da América Latina, permite ao leitor não apenas revisitar as principais contribuições teóricas desenvolvidas na região, bem como refletir quanto ao seu legado e quanto ao desafio de retomar o debate acerca do planejamento e desenvolvimento, considerando o caráter periférico, subordinado e dependente, recolocados e reatualizados no âmbito do processo de neoliberalização.

O contexto de sua publicação guarda relação com questionamentos acerca do papel do Estado nacional, da democracia, da atuação das elites, dos condicionantes e determinantes econômicos, sociais e culturais para o processo de desenvolvimento.

---

1. Professora adjunta A do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur-UFRJ). Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2007). Mestrado em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2011). Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo Ippur-UFRJ (2016). Estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, Paris, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O momento testemunha ainda o completo abandono da noção de desenvolvimento em termos valorativos a orientar a concretização da ação política e a perda de valores civilizatórios a orientar os pactos societários constitucionais na sociedade brasileira.

A América Latina foi palco de experiências neoliberais que orientaram as políticas e a atuação do Estado e dos mercados, inicialmente no Chile, ainda na década de 1970, e, posteriormente, na década de 1990, a partir do ajuste estrutural imposto aos países latino-americanos pelas agências multilaterais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), sob os parâmetros do Consenso de Washington. Tais experimentações, prefiguradas pelo mercado, como dizia Celso Furtado, eram respostas específicas à reestruturação do capitalismo global, culminado pelo fim do Acordo de Bretton Woods (1944-1973), das crises do petróleo (1973 e 1979), pela elevação da taxa de juros americana (1979) e, conseqüentemente, crise da dívida dos países periféricos nos anos 1980.

Após a década de 1990 ser marcada por líderes neoliberais em diversos países, os anos 2000 testemunharam vitórias de partidos e coalizões de centro-esquerda, que inauguraram um período de centralidade do papel do Estado no planejamento e nas políticas de desenvolvimento. A diversidade das opções políticas na região comportou desde políticas moderadas, como o caso brasileiro, que conciliou a retomada do papel do Estado com a macroeconomia neoliberal (superávit primário, câmbio valorizado e juros elevados), como políticas tidas como revolucionárias, a exemplo da Venezuela e do projeto bolivariano encabeçado por Hugo Chávez.

As transformações políticas regionais se expressaram na intensificação de políticas de integração regional, a partir do aprofundamento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da recusa de adesão à Área de Livre Comércio das Américas (Alca); da criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e as políticas de integração física, expressas na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Concomitantemente às transformações regionais, as mudanças no capitalismo global condicionariam as políticas na América Latina, com a mudança da posição da China na hierarquia mundial, o que, para a região, se expressou pela demanda chinesa às *commodities* agrícolas e minerais, tendo como consequência o reposicionamento dos países na divisão internacional do trabalho, enquanto exportadores de bens primários, aspecto decorrente da macroeconomia das finanças que marca o período.

Após cinco décadas de políticas industrializantes, com destaque para México, Argentina e Brasil, a reprimarização, desindustrialização e a especialização regressiva

foram termos acionados pela literatura econômica crítica para se referir ao aumento do peso dos produtos primários, tanto no Produto Interno Bruto (PIB), como nas pautas exportadoras, o que colocou em evidência a retomada do referencial teórico cepalino para se compreender a realidade latino-americana no âmbito da neoliberalização.

Com o intuito de apresentar o estado da arte do pensamento crítico latino-americano, a obra dispõe os capítulos nos quais seus autores discorrem sobre o legado teórico regional quanto à temática do desenvolvimento; o pensamento estruturalista da Cepal em suas distintas fases; o papel do Estado a partir da visão de Raúl Prebisch; os aspectos críticos quanto ao “nacionalismo metodológico” e o “neoinstitucionalismo”; a posição chinesa na hierarquia mundial e as consequências para a América Latina; a compreensão da realidade latino-americana em contexto pós-neoliberal; as mudanças na geopolítica mundial e a inserção internacional brasileira; e por fim, mas não menos importantes, os desafios e os limites teóricos, metodológicos e conceituais da produção intelectual crítica acerca do pensamento histórico-estrutural em relação às inusitadas transformações do capitalismo do século XXI.

O primeiro capítulo, intitulado “As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina”, traz a contribuição de José Luís Fiori, professor titular do Instituto de Economia da UFRJ. O capítulo reúne passagens de diversas contribuições acadêmicas em diferentes momentos da produção científica do autor, nas quais se dedicou a compreender a trajetória do pensamento latino-americano acerca do desenvolvimento. Apresenta o debate a respeito do Estado e do desenvolvimento na América Latina enquanto um conceito datado do pós-Segunda Guerra Mundial, em que, sob hegemonia dos Estados Unidos, os países da região iniciaram a reflexão teórica e a ação política centradas na natureza e na eficácia do Estado para promover a superação do atrasado, o crescimento econômico e o desafio da modernização de suas sociedades e economias nacionais, de maneira a romper com a ortodoxia liberal que apregoa o livre mercado.

O momento foi profícuo para o debate e o reposicionamento político e teórico quanto ao papel do Estado em decorrência das contribuições keynesianas, que revolucionaram o pensamento econômico em escala internacional; o processo de descolonização e constituição de novos Estados nacionais; e a disputa bipolar hegemônica entre os Estados Unidos, capitalista e a União Soviética, socialista. Esses processos contribuíram para o surgimento das teorias do desenvolvimento e da ideologia do de-

envolvimentismo, ideologia que “justificava, compreendia e ao mesmo tempo legitimava a descoberta e consciência de que o mundo era terrivelmente desigual”, porém, tal desigualdade seria superável, desde que o Estado fosse capaz de promover o crescimento de suas economias nacionais e superasse o atraso entre os países. O Estado não apenas deveria intervir no curto prazo, controlando o ciclo de negócios, como também no longo prazo, através do planejamento.

Contribuição ímpar foi dada pela Cepal, instituição criada no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947, que se tornou um *think tank* das políticas de desenvolvimento da região. A partir da matriz teórica estruturalista, identificou no intercâmbio desigual entre centro e periferia as razões do atraso latino-americano e, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, seus textos clássicos e conceitos como subdesenvolvimento, heterogeneidade estrutural e estilos de desenvolvimento orientaram os processos de industrialização, com forte intervenção estatal.

As críticas ao pensamento estruturalista da Cepal viriam a partir da constatação de que o processo de industrialização não lograra superar o subdesenvolvimento, o atraso, a desigualdade entre os países ricos e pobres. As contribuições da “Teoria da Dependência”, de viés marxista, apontaram o imperialismo como fator bloqueador insuperável da condição de subdesenvolvimento, a despeito da intervenção estatal e da industrialização. Para tanto, seria advogada a ruptura revolucionária e socialista. A chamada escola da dependência viria a identificar que não se tratava apenas da existência de uma burguesia anêmica, atrofiada, pouco revolucionária e schumpeteriana, mas de uma burguesia cujos interesses de classe e coalizões de poder derivavam da forma particular de inserção em um processo de desenvolvimento movido pela acelerada internacionalização de seu mercado interno. A expressão “burguesia associada” e “desenvolvimento dependente” sintetizariam esse processo.

De acordo com Fiori, a derrota do pensamento crítico latino-americano deriva não apenas da imposição das políticas neoliberais em relação à crise estrutural que ocorre a partir da década de 1980, mas da incapacidade de o pensamento estruturalista e marxista se posicionarem teórica e politicamente no que concerne às mudanças no capitalismo global que implicaram no desmantelamento da estratégia e das instituições desenvolvimentistas. O autor enfatiza que “sua derrota perante a avalanche neoliberal foi sobretudo política, mas foi também resultado de algumas fragilidades e inconsistências teóricas”.

As contribuições da “Escola de Campinas”, também abordadas no texto, dedicaram-se ao caráter endogenista do capitalismo tardio. Ao se voltar para os aspectos internos do subdesenvolvimento, essa corrente se opunha à ideia de falta de completude da acumulação capitalista dependente e enfatizava o dinamismo interno e os ciclos endógenos de acumulação. Colocava em segundo plano analítico, portanto, o conceito de periferia e as restrições externas.

Fiori alega o caráter mais pragmático do que teórico do debate sobre Estado e desenvolvimento da América Latina, que se orientou mais por responder aos problemas e desafios imediatos, do que a uma estratégia de longo prazo, assim como alerta para a necessidade de se compreender as transformações que derivam da globalização e seu impacto na periferia do sistema mundial, considerando simultaneamente as mudanças monetárias e financeiras, os caminhos da centralização do capital e o processo de concentração de poder militar e política da potência imperial hegemônica, os Estados Unidos. Conforme o autor, tal proposta metodológica das mudanças do sistema mundial desenha uma agenda de pesquisa de natureza histórica, em que o problema do desenvolvimento desigual do capitalismo reaparece estreitamente vinculado à competição entre os Estados pelo poder e pela riqueza mundial.

Este capítulo, que inaugura o livro, tem o mérito de nos apresentar de maneira sucinta a história do pensamento crítico latino-americano, suas principais contribuições e desafios que, ao serem superados, tornam ainda mais profícuas as contribuições dessas correntes de pensamento para se compreender o capitalismo periférico no contexto de neoliberalização.

O segundo capítulo, contribuição de Ricardo Bielschowsky, professor do Instituto de Economia da UFRJ, analisa o pensamento estruturalista da Cepal, ao longo de seus cinquenta anos, enfatizando os diferentes momentos históricos em que a instituição se propôs a responder aos desafios de engendrar o processo de desenvolvimento na região, pela via do planejamento, industrialização e reformas estruturais.

Os textos cepalinos seminais, de fins dos anos de 1940 e início da década de 1950, apresentam uma análise crítica às teorias das vantagens comparativas ricardianas, destacando as razões pelas quais tal arcabouço é incompatível com as possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos. A análise centro-periferia permite identificar discrepâncias na forma de propagação do progresso técnico entre os países, razão pela qual o livre comércio não se mostra benéfico para a totalidade do sistema

internacional. Ao apontar a deterioração dos termos de troca e a vulnerabilidade externa que acomete os países periféricos na relação com os países centrais, especializados em produtos manufaturados, e consequente crise em balanço de pagamento, Raúl Prebisch se dedicaria a diagnosticar as relações centro-periferia e a advogar o papel do Estado na orientação do processo de industrialização.

Durante a década de 1960, a instituição viria a apontar as “reformas para desobstruir a industrialização” e a necessidade de integração regional. Nesse período é reafirmado o caráter histórico-estrutural de suas análises, uma vez que são explicitados os aspectos e as características que determinam a condição de subdesenvolvimento (estrutura agrária, tributária, distribuição de renda, estrutura do mercado de trabalho, razões estruturais da inflação etc.). Destaca-se a elaboração, no período, da noção de heterogeneidade estrutural: do convívio de setores modernos, de elevada produtividade e rápida propagação de progresso técnico e voltados para o mercado externo; com os setores arcaicos, de baixa produtividade e lenta propagação do progresso técnico, voltados ao mercado interno.

Ressalta-se que a heterogeneidade estrutural, antes reservada às análises setoriais, se expressará nas demais dimensões da sociedade periférica, como mercado de trabalho, distribuição da renda, ocupação territorial, formas de atuação do Estado, entre outras, o que confere validade ao termo para se apreender as condições de reprodução do subdesenvolvimento espacialmente. As reformas propostas pela Cepal, a serem implementadas pelo Estado, tinham como objetivo dar sustentação ao processo de industrialização, visto que, sem as alterações estruturais necessárias, as condições de subdesenvolvimento apenas seriam recompostas, apesar do crescimento econômico e da industrialização.

Nos anos 1970, a consolidação da inserção internacional dependente, tecnológica, produtiva e financeira, e a insuficiente base exportadora, levam a Cepal a formular a concepção de estilos de desenvolvimento, que enfatiza as relações entre estruturas produtivas e de poder. Apregoa ainda a necessidade de promover a industrialização que responda ao mercado interno e à exportação. Caberia ao Estado o papel de viabilizar o estilo de desenvolvimento que levasse à homogeneidade social e ao fomento das exportações industriais.

Ao longo dos anos 1980, com a crise fiscal e financeira que acomete a região, em decorrência das transformações no capitalismo global, a Cepal viria a tratar da neces-

cidade de se promover os ajustes estruturais mantendo o crescimento econômico, em oposição aos choques ortodoxos. Seria necessário ainda o combate à inflação, o que não ocorreria sem custos sociais. Caberia ao Estado renegociar a dívida para promover condições de crescimento econômico. Já a década de 1990 testemunha o ajuste estrutural neoliberal nos países latino-americanos, que culmina na especialização primário-exportadora, a partir da abertura comercial e financeira. As condições de transformação da estrutura produtiva se tornam ainda mais limitadas, assim como se aprofundam as desigualdades sociais internas e entre os países centrais e periféricos. A Cepal propõe a competitividade sistêmica e a necessidade de o Estado implementar políticas de fortalecimento da estrutura produtiva com equidade.

Ao longo de cinquenta anos de existência da instituição, ressalta-se a preocupação em se posicionar criticamente em termos teóricos, ainda que devesse preservar seu caráter político de órgão das Nações Unidas, o que restringe determinados posicionamentos, tratados por Fiori no capítulo anterior. Ainda assim, a Cepal atuou de maneira inovadora enquanto *think tank* das ações políticas regionais e permitiu profícuas reflexões acerca do papel do Estado e do modo como condicionantes internos e externos produzem as condições em que se promove o processo de desenvolvimento e a superação do subdesenvolvimento.

O capítulo 3, de autoria de Victor Ramiro Fernández e Emilia Ormaechea, respectivamente professor e pesquisadora da Universidade Nacional do Litoral (Argentina), analisa o pensamento de Raúl Prebisch acerca do papel e da natureza do Estado latino-americano ao longo de sua obra. Uma vez que, para o pensamento estruturalista da Cepal, ao Estado é guardado o papel de planejar, orientar e promover o processo de industrialização, resta compreender que tipo de Estado se constituiria para responder a tal tarefa. Apesar da centralidade assumida pelo Estado na proposta de Prebisch, sua concepção era carente quanto à natureza do Estado periférico, assim como quanto ao modo pelo qual o Estado, através do impulso para a industrialização, acabava por reproduzir, ao invés de reverter, a situação periférica.

Os autores identificam, portanto, duas concepções de Estado ao longo de sua produção teórica. Já nos primeiros anos na Cepal (1949-1963), o Estado deixa de ser concebido ex ante, como uma ferramenta estratégica no planejamento do desenvolvimento, para ser visto como um ator cujo envolvimento funcionava como um gerador e não um reversor dos problemas que impediam a continuidade da industrialização. Con-

forme os autores, se inicialmente Prebisch concebia o Estado de maneira otimista, enquanto apto a manejar os instrumentos capazes de promover o processo de industrialização, ao longo de sua produção intelectual emerge o descontentamento quanto à forma de atuação do Estado, quando Prebisch deixa de se orientar por correntes teóricas neoclássicas e keynesianas quanto ao papel do Estado e passa a considerar o processo histórico-empírico, contrapondo o Estado em termos normativos ao Estado que efetivamente emerge do processo de industrialização.

Os autores denunciam na concepção de Prebisch sobre o Estado a ausência da natureza específica do Estado periférico, visto que o autor critica sua forma de atuação em relação ao modo como ele deveria atuar, mas não considera o Estado enquanto relação social. Segundo eles, em Prebisch não estariam plenamente assumidas as relações de poder que emergem das relações de produção, que no caso se configura enquanto dependente, periférica e subordinada, aspectos que conferem ao Estado periférico formas distintas em relação aos Estados centrais.

Portanto, ao mesmo tempo que a matriz de atores, suas estratégias, seus interesses e suas formas de comportamento constituem o aparelho estatal, suas especificidades passam a constituir um elemento essencial para entender as (in)capacidades do Estado periférico latino-americano para buscar soluções aos travamentos do processo de acumulação engendrados a partir dessa matriz, dessas relações e desses comportamentos.

A contribuição do capítulo está em sua capacidade de fazer dialogar o pensamento de Prebisch quanto ao papel do Estado, técnico e normativo, com o caráter relacional do Estado presente em autores como Poulantzas e Jessop, de matriz marxista, de maneira a ressaltar que as condições da reprodução material das diversas formações socioeconômicas terão implicações políticas, na forma de relação entre as classes, dominantes e subalternas, e no modo como o Estado expressa e reproduz essas relações. Nesse sentido, indagam sobre as conexões entre a natureza do Estado capitalista e a natureza do Estado periférico.

O capítulo 4 traz a contribuição de Carlos Aguiar de Medeiros, professor titular do Instituto de Economia da UFRJ, e é intitulado “O processo de desenvolvimento econômico: anotações críticas ao ‘neoinstitucionalismo’ e ao ‘nacionalismo metodológico’”, discute o neoinstitucionalismo de Douglass North, em que este desenvolve uma teoria econômica das instituições baseadas em interpretações históricas

de como os mercados foram eficientemente regulados nos países ocidentais; e o nacionalismo metodológico, que atribui aos fatores nacionais o sucesso no processo de desenvolvimento.

O neoinstitucionalismo alega que as diferenças de desenvolvimento e progresso entre os países decorreriam do desenvolvimento das forças de mercado. Países desenvolvidos consolidaram de maneira eficiente os seus mercados e constituíram instituições capazes de permitir a livre ação das forças de mercado. Por outro lado, os países subdesenvolvidos apresentam incompletudes e falhas na consolidação dessas forças, o que constringe a livre atuação das forças de mercado e faz persistirem instituições que obedecem a uma racionalidade de grupos políticos não competitivos encastelados no Estado.

Com relação ao nacionalismo metodológico, o autor chama a atenção para o fato de diversos autores justificarem o desenvolvimento pelas condições nacionais, pela forma de atuação do Estado nacional, pelas estratégias desses Estados e pelo modo como internamente determinado país implementou suas políticas de desenvolvimento. Logo, países desenvolvidos apresentaram Estados fortes, capazes de planejar, implementar estratégias e levar a cabo políticas de longo prazo passíveis de promover o crescimento econômico e mudanças estruturais que levaram ao seu sucesso. Já nos países subdesenvolvidos, seus Estados nacionais não lograram promover condições estruturais geradoras do processo de desenvolvimento.

A crítica de Medeiros ao primeiro referencial teórico, o neoinstitucionalismo, deriva do fato de o processo evolutivo em direção ao desenvolvimento não depender apenas da implementação de instituições favoráveis aos mercados. Ao mesmo tempo, o pressuposto de que as instituições possam ser transpostas ou replicadas entre sociedades variadas não se confirma, uma vez que normas de conduta, valores e comportamentos informais são decisivos na formação das instituições. A busca por tentar adequar as instituições dos países considerados atrasados àquelas consideradas favoráveis aos mercados não garante a realização do processo de desenvolvimento.

Com relação ao nacionalismo metodológico, a argumentação crítica é centrada na incapacidade dessa abordagem considerar em suas análises os aspectos externos, as condições geopolíticas, a posição na divisão internacional do trabalho e as relações de poder que dela derivam e, conseqüentemente, as implicações nas formas de atuação do Estado e no modo como se culmina o processo de desenvolvimento nesses países.

O autor enfatiza que não basta apenas considerar as condicionantes históricas internas dos países, mas deve-se analisar como isso se estabelece em um quadro que leve na devida conta a história do capitalismo global.

As transformações na hierarquia global em decorrência da posição da China e os rebatimentos para a América Latina são discutidos no capítulo 5, intitulado “Ascensão da China e a América Latina: estratégias de internacionalização, recursos naturais e limites econômicos e políticos ao desenvolvimento”, de Eduardo Costa Pinto, professor do Instituto de Economia da UFRJ, e Marcos Antonio Macedo Cintra, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Conforme os autores, após duas décadas de neoliberalismo na América Latina, os países da região testemunharam taxas de crescimento elevadas, que coincidem e se justificam em parte pela ascensão da economia chinesa, demandante de produtos agrícolas e minerais, nos quais se especializaram os países do continente, após a valorização cambial e as políticas de juros elevados que marcaram as décadas de 1990 e 2000.

Além de compradora de produtos primários, a China ampliou sua participação na região, tanto pelos Investimentos Diretos Externos, como pelo crédito, ao promover a internacionalização de capital, com o interesse de garantir o fornecimento de minerais metálicos, petróleo e soja no longo prazo. Dando continuidade ao processo de internacionalização de capital, a China reagiu à crise de 2008 a partir do fortalecimento das relações com o entorno asiático e da implementação da Rota da Seda.

Os autores apresentam os aspectos macroeconômicos e as reformas de Estado que marcaram o crescimento e a inserção internacional chinesa, a partir de fins da década de 1970, sob o comando do Partido Comunista Chinês. Os mais recentes desafios do governo chinês, que se configuram nos pilares de seu planejamento estratégico, são promover o crescimento econômico concomitante ao provimento de bens públicos universais, o desenvolvimento de uma rápida urbanização e uma industrialização com menor impacto sobre o meio ambiente e a ampliação da renda e do consumo da população.

O que se verifica na relação com a América Latina é o crescimento da região em decorrência do que os analistas chamam de “efeito-China”, o crescimento econômico gerado pelo aumento da demanda por bens primários e o aumento do preço desses bens. Somam-se a isso as obras de infraestrutura que promoveram a competitividade das economias primário-exportadoras no escoamento de seus produtos. A China, por sua vez, não apenas se consolida como fornecedora de bens manufaturados, como se

configura atualmente em importante investidora em projetos de infraestrutura na região, tanto participando de novos investimentos, como adquirindo ativos de projetos em operação, em consonância com o processo de financeirização.

As relações entre China e América Latina se apresentam como um desafio aos países da região, uma vez que se pautam na especialização primário-exportadora, restringendo as possibilidades de diversificação da estrutura produtiva e repondo as condições centro-periferia, agora sob a hegemonia de uma potência periférica que desafia a hierarquia global. Tal aspecto reafirma a potencialidade do pensamento de Prebisch para a análise do capitalismo contemporâneo, e impõe o desafio de se incorporar os determinantes financeiros desse processo.

No capítulo 6, intitulado “A nova fase de desenvolvimento do capitalismo, para além do neoliberalismo, e a América Latina”, Sérgio Ordóñez, professor de Economia da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), discute sobre o novo ciclo do desenvolvimento do capitalismo, o capitalismo do conhecimento, “assumindo-o como uma nova estrutura social que consiste em uma nova base tecnológico-produtiva, cuja dimensão espacial é a globalização”, e sua relação com a neoliberalização, enquanto trama socioespacial e institucional de ação de sujeitos concretos. Tal entendimento permitirá compreender a crise neoliberal e as políticas que foram implementadas na região, a partir da eleição de governos progressistas. O autor analisa, a partir da adoção do referencial teórico marxista, em que medida esses governos se constituíram em alternativas ao neoliberalismo; e quais os requisitos socioespaciais e institucionais, assim como as contribuições do pensamento latino-americano, para o avanço de vias de desenvolvimento pós-neoliberal.

Considerando os aspectos econômicos e políticos, com ênfase nos conceitos de bloco histórico, vias de desenvolvimento e hegemonia, o autor discute tanto a virada neoliberal na região, a partir da década de 1970, como a crise do neoliberalismo que deve ser analisada à luz da nova ordem mundial e do papel da economia chinesa nesse contexto. A convivência de políticas condizentes com o processo de neoliberalização, como abertura comercial e financeira, privatização e parcerias público-privadas, com políticas que enfatizaram o papel do Estado em áreas como infraestrutura e políticas sociais, colocam em questionamento a alegação de que tais vias se configuram em pós-neoliberais, dada a reprimarização das economias do continente na divisão internacional do trabalho e do processo de financeirização em curso.

As rupturas constitucionais testemunhadas na América Latina em contraposição aos governos progressistas, a exemplo de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), assim como processos eleitorais que recolocaram grupos neoliberais no poder, revelam as contrarreações por parte da direita e da extrema-direita, o que evidencia a imprescindibilidade de se compreender o momento histórico e as possíveis vias de desenvolvimento para a região, dado o modo como se expressam os conflitos de classes no continente.

Bernardo Campolina, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no sétimo capítulo intitulado “Mudanças na ordem geopolítica internacional e a inserção do Brasil”, analisa a inserção do país na nova ordem econômica internacional sob as mudanças geopolíticas contemporâneas. O autor discute os arcabouços teóricos que orientam as relações internacionais, com ênfase nos fundamentos do poder que estruturam os Estados nacionais – poder territorial, político, econômico, monetário, científico e ideológico, sob os quais os países buscam exercer a hegemonia e o *soft power*. Além disso, analisa a estrutura do poder mundial que emerge no pós-segunda Guerra Mundial e o papel dos Estados Unidos e da União Soviética sob suas zonas de influências e a crise nos sistemas centrais, com o fim do sistema soviético e a crise dos padrões estabelecidos pelo Acordo de Bretton Woods. O neoliberalismo emerge a partir dos anos 1970, inicialmente no laboratório que se mostrou o Chile de Pinochet e, posteriormente, como condicionante aos ajustes estruturais nos demais países periféricos após a crise da dívida.

O processo de neoliberalização imposto aos países em crise, ao longo dos anos 1990 nos países latino-americanos, levou à reprimarização das pautas exportadoras, à desindustrialização da estrutura produtiva, à financeirização de suas economias e ao enfraquecimento do Estado enquanto agente protagonista das políticas públicas. A resposta na década seguinte seria a vitória de diversos governos de esquerda e centro-esquerda que, apesar de não terem sido capazes de promover mudanças estruturais mais profundas, se contrapuseram aos ditames neoliberais e reposicionaram o papel do Estado.

Por parte dos países centrais, a crise do *subprime* nos Estados Unidos, que se expressou na Europa como crise da dívida dos Estados, cobra o preço da desregulamentação financeira e do baixo crescimento econômico persistente. Coube aos Estados nacionais salvarem os países centrais diante da crise, com destaque para os Estados

Unidos, baluarte do neoliberalismo. Por sua vez, a transição para uma ordem multipolar decorrente da ascensão asiática, com destaque para Japão, Coreia do Sul e, sobretudo, China, que, a partir de reformas econômicas e institucionais comandadas pelo Partido Comunista Chinês, emerge como centro industrial e financeiro dinâmico importante na hierarquia do sistema. Ainda, desafia a geopolítica internacional o posicionamento da Rússia, que contraria a União Europeia e os Estados Unidos e busca recuperar a hegemonia em sua zona de influência, assim como os países da América Latina, que, ao longo dos anos 2000 e 2010, buscaram novas orientações em sua política externa, fortalecendo a cooperação sul-sul, com destaque para África e a própria América Latina.

Novos vínculos multilaterais reduziram o peso relativo dos EUA nos destinos regionais, como o Mercosul, Unasul e o Grupo dos 20 (G-20). A busca por maior relevância internacional nos fóruns decisórios, como no Conselho de Segurança da ONU, a participação de Missões de Paz, a exemplo do Haiti, e a assunção de um papel de mediador em conflitos internacionais, como na negociação com o Irã, marcou o posicionamento do Brasil no tabuleiro internacional nas primeiras décadas do século XXI.

Entretanto, o processo de desindustrialização, a reprimarização da pauta exportadora e a relação com a China reposicionam o país enquanto exportador de produtos primários e importador de manufaturas e constrange sua agenda externa. A descoberta das reservas do pré-sal, por sua vez, abriu a possibilidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação como motores do desenvolvimento. Apesar disso, aumentou as pressões geopolíticas internacionais na região, e muito especificamente sobre o Brasil, o que tem se expressado na instabilidade política. O capítulo apresenta reflexões importantes para o período que se inaugura, com destaque para o período pós-2016 e as eleições de 2018 no Brasil.

Carlos Antônio Brandão, Victor Ramiro Fernández e Gabriel Brondino, este da Universidade Nacional do Litoral, brindam o leitor com o oitavo capítulo do livro, “Retomar e renovar o pensamento crítico histórico-estrutural em face das transformações capitalistas do século XXI”, transformações essas amplamente discutidas nos capítulos anteriores. Os autores enfatizam a tradição crítica e o legado inovador que marca o pensamento social latino-americano, independente, original e crítico, capaz de questionar o pensamento hegemônico dos países centrais e analisar a realidade latino-americana desde a perspectiva periférica, considerando as especificidades de

um passado colonial, escravocrata, inserido internacionalmente de maneira dependente e subordinada.

As noções e concepções do pensamento cepalino – sistema centro-periferia, deterioração dos termos de troca, vulnerabilidade externa, heterogeneidade estrutural, estilos de desenvolvimento, industrialização e o papel do Estado, e reformas estruturais – permitiram compreender o subdesenvolvimento enquanto manifestação específica do capitalismo na periferia, dadas suas condições histórico-estruturais. Tal compreensão supera explicações e diagnósticos centrados no pensamento econômico ortodoxo, liberal e desenvolvido nos capitalismo centrais, permitindo uma elaboração teórica e política que considerasse os aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos que marcam as formações socioeconômicas latino-americanas.

A ruptura paradigmática, metodológica e ideológica permitiu a consolidação de um pensamento que articula múltiplas escalas e múltiplos determinantes do processo de subdesenvolvimento para, a partir dessa compreensão, promover diagnósticos e políticas inovadoras. Os desafios ao pensamento latino-americano passam por incorporar em sua agenda i) a necessidade de se resgatar a interpretação centro-periferia, considerando a nova ordem mundial, o papel da China na dinâmica econômica global e as implicações desses processos nas múltiplas escalas de poder; ii) o processo de financeirização que impõe constrangimentos não apenas ao capital industrial e ao setor produtivo das economias, mas também ao papel do Estado no protagonismo de políticas públicas emancipatórias; iii) a necessidade de considerar as relações de classe e frações de classe tanto interna aos países quanto seus vínculos com os agentes dominantes externos; e iv) os aspectos relacionados à questão ambiental, que colocam em questionamento a própria inserção internacional assumida pelos países latino-americanos a partir da década de 1990.

Entendemos que este livro pode contribuir para debates prementes neste momento em que mergulha o Brasil e a América Latina, em que as reformas estruturais advogadas pelo pensamento cepalino ainda em suas primeiras décadas, e não realizadas, somam-se aos constrangimentos impostos pelo processo de neoliberalização. Tais aspectos agudizam a fratura socioeconômica, espacial, política e ideológica que se expressa na heterogeneidade estrutural que marca o continente, para além da esfera da produção: na ocupação dos territórios, na representatividade das classes e grupos subalternos enquanto sujeitos políticos, no acesso aos direitos constitucionais, ao fundo público etc.

A destituição de parcela da população das mínimas condições civilizatórias que a permita atuar como sujeito político impõe aos pensadores críticos latino-americanos o reconhecimento da validade e atualidade das questões levantadas a partir de meados do século XX, com o pensamento histórico-estruturalista da Cepal e outros reunidos nessa obra, o que nos impele a resgatar de maneira central a superação do subdesenvolvimento como projeto a ser perseguido, apesar do distanciamento à sua consolidação e ao cerceamento a que estamos sendo submetidos. Ressalta-se, portanto, a busca incansável por um projeto soberano e democrático como o seu maior legado.

